

O presente trabalho foi apresentado, no Congresso da **Anped Sul, Curitiba, Paraná, de 27 a 30 Abril de 2004.**

INTERAÇÕES ENTRE CRIANÇAS/ADOLESCENTES E SEUS CUIDADORES NAS INSTITUIÇÕES: PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO

YUNES, MARIA ANGELA MATTAR ; MIRANDA, ANGELA TORMA.

CUELLO, SANDRA ELIANE SENA,

Fundação Universidade Federal de Rio Grande

E-mail: yunes@vetorialnet.com.br

As instituições de abrigo a crianças e adolescentes estão incumbidas da indispensável tarefa de proteger crianças que apresentam diferentes expressões de instabilidade social e emocional e necessitam de atenção especial, devendo para tanto o modelo institucional adotar medidas de atendimento eficazes no sentido de proporcionar condições adequadas ao desenvolvimento sadio destas crianças/adolescentes. Apesar de se constatar que, a maioria destas crianças possui famílias, sabe-se das impossibilidades do restabelecimento do contato imediato, dado as condições de miséria, violência ou abandono sob as quais muitas vivem em suas casas juntamente com suas famílias (Yunes, Tavares, Arrieche & Faria, 2001). Portanto, muitas crianças passam longos períodos de suas vidas nas ruas ou são encaminhadas judicialmente às instituições. Segundo Santana (2003) " a criação de instituições e programas específicos para crianças e adolescentes em situação de rua pode ser considerada uma prática que reforça a estigmatização e os preconceitos contra esta população". (p. 34). É fato que diversos segmentos da sociedade têm reconhecido que a vivência institucional pode apresentar, tantos ou mais fatores de risco quanto à rua no desenvolvimento das crianças já que o meio circundante da criança, os ambientes e as relações influenciam suas vidas, identidades e seu desenvolvimento.

Para se compreender esta complexa temática a abordagem ecológica de desenvolvimento de Bronfenbrenner (1996) parece-nos o referencial mais indicado.

O modelo ecológico caracteriza-se por ser um marco teórico e metodológico que busca privilegiar não apenas o contexto, mas as múltiplas interações entre as pessoas e os ambientes. Uma das maiores contribuições da abordagem ecológica reside no fato de que ela torna o pesquisador capaz de "pensar ecologicamente", possibilitando que sua atenção seja dirigida não só para o indivíduo e os ambientes imediatos nos quais ele se encontra, mas também para as interações do indivíduo com os ambientes mais distantes, dos quais muitas vezes, ele sequer participa diretamente. Bronfenbrenner (1979, 1996) proporciona a compreensão de vários sistemas de influência, desde os mais distais até os mais próximos, que acabam por formar o entorno ecológico do indivíduo. Através de uma linguagem específica de sua abordagem, o autor pressupõe que toda experiência individual se dá no ambiente ecológico, o qual "é concebido como uma série de estruturas encaixadas, uma dentro da outra, como um conjunto de bonecas russas". (Bronfenbrenner, 1996, p. 5). Um aspecto marcante desta concepção, é que o importante para o desenvolvimento é o meio ambiente na maneira como é percebido pelo indivíduo, e não como ele existe na realidade objetiva. Portanto, conforme Bronfenbrenner (1996), "os aspectos do meio ambiente mais importantes no curso do crescimento psicológico são, de forma esmagadora, aqueles que têm significado para a pessoa numa dada situação". (p. 9). Estes ambientes são analisados em termos de quatro tipos de sistemas que guardam uma relação inclusiva entre si: o **microssistema**, o **mesossistema**, o **exossistema** e o **macrossistema**. O **microssistema** é o sistema ecológico mais próximo e compreende um conjunto de relações entre a pessoa em desenvolvimento e seu ambiente mais imediato, como por exemplo, a família, a escola, a vizinhança, a igreja, o clube social, etc. O **mesossistema** refere-se ao conjunto de relações entre dois ou mais microssistemas dos quais a pessoa em desenvolvimento participa de maneira ativa: as

relações família-escola ou escola-igreja, por exemplo. Quando a criança sai de um microsistema conhecido, como por exemplo, a família para integrar um novo microsistema como a escola, dizemos que houve um fenômeno de movimento no espaço ecológico, ou melhor, uma "transição ecológica". As transições ecológicas ocorrem durante toda a vida. Uma terceira força de influência no desenvolvimento são os **exossistemas**. Estes compreendem aquelas estruturas sociais formais e informais que, mesmo que não contenham a pessoa em desenvolvimento, influenciam e delimitam o que acontece no ambiente mais próximo: a família extensa, as condições e as experiências de trabalho dos adultos e da família, as amizades, a vizinhança do bairro em geral. E, por último, o **macrossistema** que é o sistema mais distante do indivíduo, e inclui os valores culturais, as crenças, as situações e acontecimentos históricos que definem a comunidade onde os outros três sistemas estão inseridos e podem afetá-los: os estereótipos e preconceitos de determinadas sociedades, períodos de grave situação econômica dos países, a globalização.

Para a criança ou adolescente institucionalizado, o abrigo é muitas vezes o ambiente imediato de maior impacto em suas vidas, ou melhor, o microsistema no qual ela realiza maior número de atividades, assume diferentes papéis e estabelece interações pessoais face a face ou simbólicas. Isso pode ocorrer durante períodos significativos de seu ciclo de vida. Um importante conceito introduzido recentemente por Bronfenbrenner e Morris (1998) trata dos processos proximais primários como os principais motores de desenvolvimento psicológico. Processos proximais primários são "formas particulares de interações entre o organismo e o ambiente" (p. 994). Estas formas de interação operam como o substrato das atividades conjuntas, dos papéis e das relações estabelecidas rotineiramente (entre criança/criança e crianças/funcionários) e podem determinar a trajetória de vida das crianças, de maneira a de inibir ou incentivar a expressão competências na esfera cognitiva, social e afetiva. O desenvolvimento destas crianças abrigadas também receberá influências mesossistêmicas, que provém da

rede de apoio social, definida como o conjunto de sistemas e pessoas significativas que compõe as ligações sociais e afetivas de relacionamento recebidos e percebidos pelas crianças (Brito & Koller, 1999). O exossistema da criança institucionalizada vai se constituir pelos ambientes nos quais ela não participa diretamente, mas mesmo assim sofre importantes influências tais como: o Conselho Tutelar; o Juizado e Promotoria da Infância e da Juventude; os Conselhos Municipais; as diretorias de escolas e instituições. Por último, a análise do macrosistema pode nos auxiliar a compreender como a sociedade concebe a criança institucionalizada a partir de seus valores, crenças, políticas públicas e cultura.

Conforme mencionado acima e diante da conjuntura nacional, a questão da institucionalização sugere inevitáveis situações de risco nas vidas de crianças e adolescentes que dependem deste espaço ecológico como única alternativa de subsistência. De maneira geral, fatores de risco relacionam-se com toda a sorte de eventos negativos de vida, e quando presentes, aumentam a probabilidade do indivíduo apresentar problemas físicos, sociais ou emocionais. Segundo Funchan Grych & Osborne (1994), o conceito de risco sofreu uma maior amplitude quando se passou a estudar os riscos psicossociais, como, por exemplo, qual a correlação entre conflitos familiares e o comportamento agressivo de uma criança. Segundo Bronfenbrenner (1991) a simples ausência de interações com um ou mais adultos que queiram o bem incondicional das crianças que estão sob seus cuidados pode se constituir numa ameaça ao desenvolvimento psicológico saudável. Embora se reconheça que privação econômica é uma das principais fontes de risco sócio-cultural para a criança, a privação social pode estar nos vários sistemas do espaço ecológico, caracterizado por relacionamentos capazes de minar dia após dia o desenvolvimento humano (Garbarino & Abramovitz, 1992) Sabe-se que crianças e adolescentes correspondem a uma categoria de vítimas dos inúmeros problemas sociais encontrados em nosso país por serem o elo mais fraco do encadeamento de certas formas de relações humanas. Assim, a condição de vulnerabilidade lhes é destinada, por exemplo, nos casos de abuso e violência física, psicológica ou sexual. Nestes casos, diante do fracasso dos dispositivos sociais e educacionais de políticas de intervenção junto às famílias, algumas crianças são levadas a deixarem o convívio familiar, tendo como destino, as ruas ou as instituições de atendimento (geralmente após destituída judicialmente a guarda, a tutela ou o pátrio - poder dos responsáveis). Se a institucionalização irá se constituir em risco ou não, vai depender do comportamento que se tem em mente e dos mecanismos através

dos quais os processos de risco operam seus efeitos negativos na criança (Cowan, Cowan & Schulz, 1996).

O panorama institucional em Rio Grande

Sabe-se que a questão das crianças e adolescentes institucionalizados no Brasil ainda está distante de soluções políticas e educacionais que minimizem a gravidade de suas conseqüências. Conforme já mencionado, apesar do número e diversidade de estudos e publicações sobre o assunto, não há uma definição de programas governamentais adequados às necessidades desta população. Na cidade de Rio Grande/RS, estudos realizados nos abrigos desde 1999, evidenciam que a maioria das crianças institucionalizadas possui família, mas enfrenta-se nos diversos segmentos da rede de atendimento à infância e juventude, as reais impossibilidades de restabelecer os vínculos parentais, seja por determinação judicial ou pelas condições de violência, miséria ou abandono de seus ambientes microssistêmicos. Portanto, muitas crianças passam longos períodos de suas vidas nos abrigos, algumas mais de 12 anos consecutivos. Sendo as instituições o microssistema central do entorno ecológico dessas crianças e considerando-se que processos proximais são motores de desenvolvimento psicológico, temos que a vivência institucional apresenta mais riscos sócio-culturais do que oportunidades para o desenvolvimento das crianças e jovens.

Constatou-se através desse mesmo estudo que esse processo de institucionalização se agrava ainda mais devido às deficiências existentes no funcionamento institucional, tendo em vista, que as instituições que abrigam em tempo integral as crianças e adolescentes de Rio Grande se assemelham muito, uma vez que todas as casas em seu aspecto quantitativo apresentam um quadro funcional em número insuficiente, acarretando dificuldades no cumprimento das funções e uma sobrecarga das tarefas, impossibilitando a esses funcionários a realização de um atendimento mais eficaz. Já em seu aspecto qualitativo, constatou-se que a maioria dos funcionários possuem baixa escolaridade, pois de forma geral esta não é um requisito para uma futura contratação, visto que as contratações ou se deram por indicação de algum funcionário ou pela própria insistência do profissional. Somente uma das casas exige o 2º grau completo, por ser uma exigência estabelecida pelo Concurso Público Municipal para monitor. Conseqüentemente os funcionários, na sua maioria, não apresentaram formação prévia adequada sobre educação infantil e desenvolvimento humano, vindo tão somente à realizar cursos, palestras ou congressos após a sua contratação, sendo que

esses cursos não são disponibilizados rotineiramente.

Todas as pessoas que atuam nas instituições devem ter a dimensão de seu papel de educador, entretanto a realidade observada difere da ideal. Segundo a percepção dos funcionários o papel desempenhado pelos mesmos confunde-se entre uma relação afetiva familiar, onde estes se vêem como mãe, madrasta, tia e uma profissional, ou seja, se definem como sendo professores, orientadores e disciplinadores, determinando assim uma poder de hierarquia nas relações crianças/adolescentes-funcionários.

Entretanto o funcionários não possuem uma definição harmônica com relação às crianças/adolescentes institucionalizadas, pois ora as definem como sendo calmas ora as definem como agitadas, variando essa definição conforme a fase de desenvolvimento de cada criança, chegando à rotular em certos casos e até mesmo a criar estereótipos em certas crianças devido ao comportamento apresentado pelas mesmas.

Em casos de conflitos surgidos devido a problemas de relacionamento as medidas adotadas pelos funcionários resumem-se à conversa na qual ouvem as versões e aplicam-se os respectivos castigos às crianças/adolescentes envolvidos. Nos casos extremos aplicam-se castigos que podem variar entre: fazer cópias, sentar na cadeira o dia inteiro até o de privar saídas e recreações. Consistindo estas, em práticas ultrapassadas e desmotivadoras no processo de desenvolvimento, porém com relação ao brincar estes possuem uma concepção coerente e até mesmo adequada, uma vez que o define como uma maneira da criança/adolescente aprender a conviver com as demais crianças, demonstrar sentimentos e de ter noção de divisão no sentido de socialização. Implicitamente os mesmos apresentam noções de gênero bem definidas, visto incentivar as crianças nas brincadeiras de acordo com o sexo, assim meninas devem brincar de boneca (expressando o papel de mãe e dona de casa) e meninos de carrinho (expressando a busca de uma profissão).

Não devemos deixar de abordar as dificuldades encontradas pelos funcionários nas suas relações diárias com as crianças/adolescentes institucionalizados, mencionando que a chegada da criança dentro da instituição é uma das maiores situações adversas enfrentadas pelos mesmos, pois segundo eles cada criança ao ingressar nas instituições reage de forma diferenciada, devendo eles adotar conforme as atitudes apresentadas as medidas mais adequadas no primeiro contato,além de alterar

todo o ambiente institucional.

Ociosidade foi outra dificuldade mencionada, pois normalmente as crianças que se encontram no contexto institucional ocupam o seu tempo apenas com as atividades rotineiras, permanecendo dentro das instituições por muito tempo sem realizar qualquer outro tipo de atividades ou se as realizam, essas se dão de forma esporádica.

A influência do ambiente institucional é vista por uma parte dos funcionários de forma positiva. Esta positividade refere-se ao fato de que algumas das casas oferecem cursos, aulas e atividades recreativas, atividades essas que não seriam realizadas se a criança estivesse no seu ambiente familiar, pelo fato dos funcionários considerarem as famílias das crianças abrigadas em questão complicadas, problemáticas, desunidas e desestruturadas, considerando que as mesmas são as responsáveis pela institucionalização das crianças/adolescentes. Porém, alguns funcionários afirmam que há pouca influência do ambiente institucional, tendo em vista que a maioria das crianças que ingressam nas instituições com diversos problemas, não recebem o suporte necessário para amenizá-los.

A partir das análises ora apresentadas concluem-se que o atendimento realizado pelos funcionários operacionaliza-se de maneira imediatista a fim de suprir as necessidades básicas não correspondendo à verdadeira necessidade institucional.

Ressalta-se que todas as pessoas que atuam nos abrigos devem ter a dimensão de seu papel de educador, sendo fundamental trabalhar com a construção da dignidade dos profissionais da área. Faz-se necessário uma política de incentivos e de valorização profissional devido à peculiaridade do trabalho desenvolvido pelo mesmo. Para tanto o apoio do psico-educacional e a capacitação dos cuidadores deve ser planejada e permanente com o mesmo grau de importância que é dado ao atendimento a essas crianças e adolescentes institucionalizados.

Desta forma, parece-nos que o funcionamento inadequado das instituições configura-se como mais um fator de risco enfrentado por sua clientela, capaz de comprometer ou não possibilitar o devido desenvolvimento daqueles que estão abrigados nestas casas.

Soma-se a isso, a percepção pessimista sobre o futuro das crianças, detectada no microsistema da instituição, a qual pode agir como profecia auto-realizadora e afetar de forma nociva o seu crescimento psicológico.

Portanto, apresenta-se de inegável valor e de imprescindível necessidade a realização de um trabalho institucional comprometido com a busca de melhores condições para o desenvolvimento infantil, juntamente com o envolvimento e o apoio dos mais diversos grupos sociais. Pois, deste modo, seguramente, poder-se-á disponibilizar atendimentos institucionais que cumpram, em sua totalidade, sua função protetora à criança e ao adolescente institucionalizados.

Propostas de ação e intervenção para o funcionamento dos abrigos

Devido à problemática funcional apresentada nos abrigos do município de Rio Grande constatou-se a necessidade de estabelecer propostas de ação e intervenção nas instituições que abrigam menores em tempo integral. As propostas ora estabelecidas tiveram como norteamento às próprias necessidades apresentadas pelos funcionários.

Uma das propostas sugeridas foi a de se realizar um trabalho com os funcionários, a fim de resgatar as atividades lúdicas, com o objetivo de tornar o ambiente institucional mais agradável e prazeroso, podendo para tanto, os funcionários promoverem atividades conjuntas com as crianças/adolescentes das instituições.

Pretende-se realizar um processo de capacitação e de reciclagem através de um ciclo de palestras com temáticas específicas nas instituições que abrigam criança e adolescentes na cidade de Rio Grande, sugerindo-se que após a abordagem do tema seja aberto um espaço para questões, sugestões e depoimento dos profissionais de cada instituição a fim de promover trocas de experiências que possam auxiliá-los. As temáticas abordariam os seguintes conteúdos:

a) desenvolvimento infantil que tem como finalidade fazer com que os funcionários compreendam as fases de desenvolvimento infantil, para que o trabalho possa ser operacionalizado conforme a idade e a fase de cada criança; b) concepções implícitas, que visa trabalhar com as concepções implícitas dos funcionários, buscando uma visão mais otimista de futuro para as crianças/adolescentes; c) práticas educativas, a fim de desmistificar a atual prática punitiva considerada como ultrapassadas e desmotivadoras no processo de desenvolvimento, buscando aproximar as mesmas com a realidade dos abrigados; d) crianças com necessidades especiais, com o intuito de realizar um trabalho de forma inclusiva, bem como o de

detectar comportamentos apresentados pelas crianças/adolescentes que a possam defini-la como sendo criança com necessidades especiais; e) violência doméstica, pretendendo-se que os funcionários consigam detectar alguns sintomas conseqüentes de algum tipo de violência doméstica; f) medidas sócio-educativas que visa oferecer um conhecimento com relação aos aspectos jurídicos e suas implicações no ambiente institucional;g) importância do trabalho institucional, que tem por escopo incentivar e valorizar o trabalho do profissional, uma vez que estes influenciam diretamente no desenvolvimento cognitivo, social e afetivo das crianças/adolescentes abrigada.

Sendo assim busca-se por meio dessas propostas de ação-intervenção auxiliar os funcionários para que possam promover um atendimento na sua totalidade, bem como o de trabalhar com a auto-estima e a dignidade dos profissionais da área.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Brito, R. C. & Koller, S. H. Desenvolvimento humano e redes de apoio social e afetivo. Em A. M. Carvalho (Org.), **O Mundo social da criança: Natureza e cultura em ação** p.115-129. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999

BRONFENBRENNER, Urie **The ecology of human development**, Cambridge, MA: Harvard University Press, 1979.

BRONFENBRENNER, Urie. What do families do. **Family Affairs**, v. 4 (1-2), p.1-6, 1991

BRONFENBRENNER, Urie. **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados**. Porto Alegre: Artes Medicas, 1996.

BRONFENBRENNER, U.; MORRIS, P.A The ecology of developmental process. In: LENER, R.M.(ed). **Handbook of child psychology: Theoretical models of human development**. 5.ed. 1998. p.993-1028.

COWAN, P. A.; COWAN, P. C.; SCHULZ, M. S. Thinking about risk and resilience in families. In: HETHERINGTON, E. M.; BLEACHMAN E. A. (orgs.). **Stress, coping**

and resiliency in children and families. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 1996. p. 1-38..

FINCHAM, F.; GRYCH, J. H.; OSBORNE, L. N. Does marital conflict cause child maladjustment? Directions and challenges for longitudinal research. **Journal of Family Psychology**, n. 8, p. 128-140, 1994.

GARBARINO, James & ABRAMOWITZ, Robert H. (1992) Sociocultural Risk and opportunity, In: GARBARINO, James (Ed.), **Children and Families in the Social Environment**, 2nd Edition. New York, Aldine de Gruyter, 35-70.

SANTANA, J., Instituições de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua: objetivos atribuídos por seus dirigentes e pelos jovens atendidos. **Dissertação de Mestrado Não-Publicada. Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, 2003.**

YUNES, Maria Angela Mattar, TAVARES, Maria de Fátima Abrantes, ARRIECHE, Maria Rosaura de Oliveira e FARIA, Lucimeri Coll. A família vivida e pensada na percepção de crianças em situação de rua. **Paidéia - Cadernos de Psicologia e Educação.** Ribeirão Preto, v.11, n.20, p 47-56, 2001.

